

Monitoramento dos casos de dengue até a Semana Epidemiológica (SE) 39 e febre de chikungunya até a SE 40 de 2014

Dengue: monitoramento até a SE 39 de 2014

Em 2014 foram registrados 539.575 casos prováveis de dengue no país até a semana epidemiológica (SE) 39 – 21/09 a 27/09 – (Figura 1). A região Sudeste teve o maior número de casos prováveis (300.585 casos; 55,7%) em relação ao total do país, seguida das regiões Centro-Oeste (106.763 casos; 19,8%), Nordeste (81.021 casos; 15%), Norte (27.139 casos; 5%) e Sul (24.067 casos; 4,5%) (Tabela 1). Destaca-se que todos os casos de Santa Catarina são importados. Na análise comparativa em relação a 2013, observa-se redução de 62% dos casos no país.

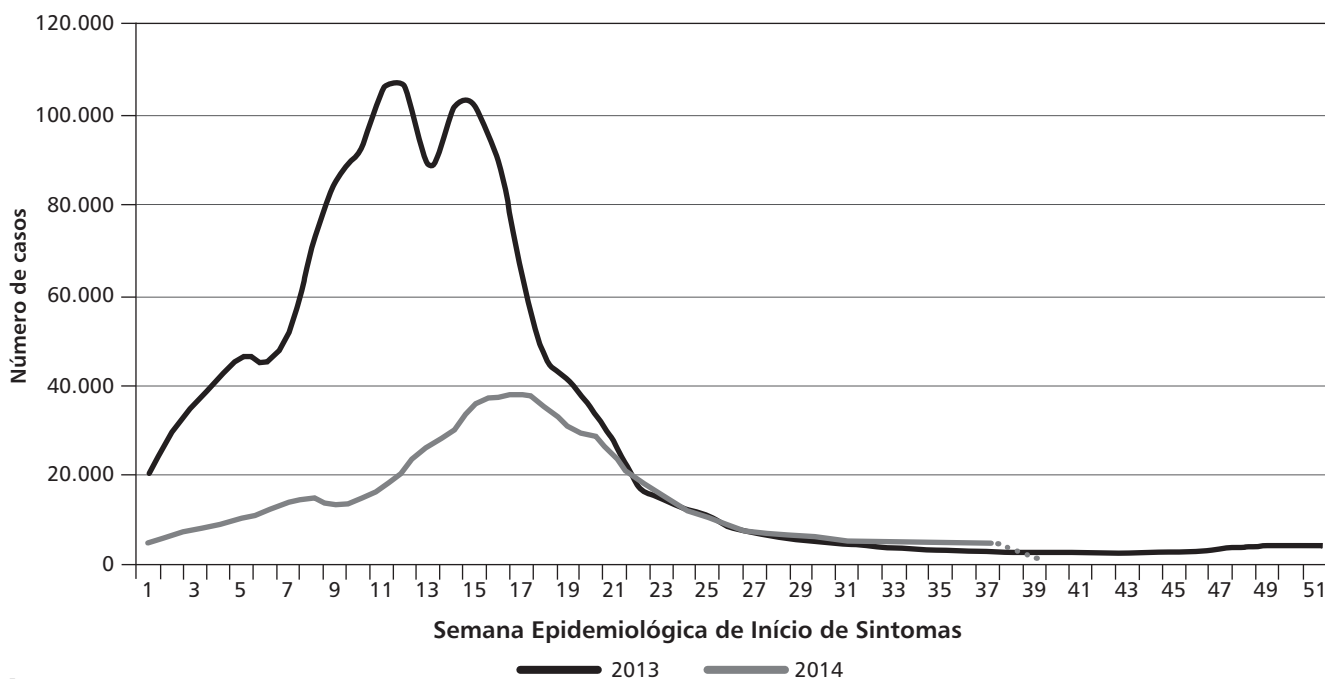
A análise das incidências (número de casos/100 mil habitantes) demonstra redução em todas as

regiões. No entanto, as seguintes Unidades da Federação (UFs) apresentam aumento no número absoluto de casos prováveis e incidência acima de 300 casos por 100 mil habitantes: Acre (1.018,3 casos /100 mil hab.), Alagoas (322,2 casos /100 mil hab.), além do Distrito Federal (419,5 casos /100 mil hab.). Cabe destacar que, embora não tenha aumento em relação a 2013, o estado de Goiás apresenta uma alta incidência, com 1.321,5 casos/100 mil hab. (Tabela 1).

Os dez municípios com maior registro de casos prováveis no período são apresentados na Tabela 2. Todos apresentam incidência acumulada considerada alta, acima de 300 casos/100 mil habitantes, exceto São Paulo (283,6 casos /100 mil hab.). No entanto, cabe ressaltar que nestes municípios observa-se redução nos casos a partir de julho.

Casos graves e óbitos

Em 2014, o Brasil começou a adotar a nova classificação de casos de dengue da Organização



Fonte:

^a Sinan *online* (atualizado em 10/07/2014).

^b Sinan *online* (consultado em 29/09/2014) e SES^b. Dados sujeitos à alteração.

Figura 1 – Casos de dengue por semana epidemiológica de início de sintomas, Brasil, 2013^a e 2014^b

Tabela 1 – Número de casos notificados de dengue e taxa de incidência (por 100.000 hab.), por região e Unidade da Federação, 2013 e 2014

Região/UF	SE 01 a 39		Incidência (/100 mil hab.)	
	2013 ^a	2014 ^b	2013 ^a	2014 ^b
Norte	45.960	27.139	270,1	159,5
Rondônia	7.942	1.412	459,5	81,7
Acre	2.365	10.192	304,6	1.312,6
Amazonas	16.827	5.982	441,9	157,1
Roraima	752	893	154,1	183,0
Pará	8.518	4.040	106,5	50,5
Amapá	1.638	1.240	222,9	168,7
Tocantins	7.918	3.380	535,7	228,7
Nordeste	142.074	81.021	254,6	145,2
Maranhão	3.369	2.248	49,6	33,1
Piauí	4.708	6.955	147,9	218,4
Ceará	28.360	21.187	323,1	241,3
Rio Grande do Norte	17.036	9.635	504,9	285,6
Paraíba	12.449	4.986	318,0	127,4
Pernambuco	7.067	9.881	76,7	107,3
Alagoas	9.141	10.921	276,9	330,8
Sergipe	603	2.111	27,5	96,1
Bahia	59.341	13.097	394,4	87,1
Sudeste	909.001	300.585	1.076,2	355,9
Minas Gerais	413.177	58.837	2.006,4	285,7
Espírito Santo	65.987	17.819	1.718,7	464,1
Rio de Janeiro	210.869	6.929	1.288,2	42,3
São Paulo	218.968	217.000	501,5	497,0
Sul	66.006	24.067	229,2	83,6
Paraná	65.218	23.803	593,0	216,4
Santa Catarina	348	122	5,2	1,8
Rio Grande do Sul	440	142	3,9	1,3
Centro-Oeste	256.007	106.763	1.707,5	712,1
Mato Grosso do Sul	78.272	3.101	3.025,3	119,9
Mato Grosso	33.336	6.284	1.047,6	197,5
Goiás	132.843	85.618	2.064,7	1.330,7
Distrito Federal	11.556	11.760	414,2	421,5
Total	1.419.048	539.575	705,8	268,4

Fonte:

^a Sinan *online* (atualizado em 10/07/2014).

^b Sinan *online* (consultado em 29/09/2014) e SES^b. Dados sujeitos à alteração.

© 1969. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Comitê Editorial

Jarbas Barbosa da Silva Jr (Editor Geral), Sônia Maria Feitosa Brito, Carlos Augusto Vaz de Souza, Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques, Deborah Carvalho Malta, Fábio Caldas de Mesquita, Marcus Vinicius Quito, Elisete Duarte, Geraldo da Silva Ferreira, Eunice de Lima, Carlos Estênio Freire Brasilino.

Equipe Editorial

Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviço/SVS/MS: Giovanini Evelim Coelho (Editor Científico), Gilmar Lima Nascimento (Editora Assistente), Izabel Lucena Gadioli (Editora Assistente).

Colaboradores

Isabela Ornelas Pereira (CGPNCD/DEVIT/SVS), Jaqueline Martins (CGPNCD/DEVIT/SVS), Kauara Brito Campos (CGPNCD/DEVIT/SVS), Lívia Carla Vinhal (CGPNCD/DEVIT/SVS), Matheus de Paula Cerroni (CGPNCD/DEVIT/SVS), Priscila Leal Leite (CGPNCD/DEVIT/SVS), Sulamita Brandão Barbiratto (CGPNCD/DEVIT/SVS).

Projeto gráfico e distribuição eletrônica

Núcleo de Comunicação/SVS

Revisão de texto

Maria Irene Lima Mariano (CGDEP/SVS)

Tabela 2 – Casos notificados de dengue e taxas de incidência (por 100.000 hab.) nos municípios com maior registro de casos em 2013^a e 2014^b

UF	Município	Casos (SE 01 a 39)						
		2013		2014 ^c				
		Casos	Incidência (/100 mil hab.)	Jan/Mar	Abr/Jun	Jul/Set	Total	Incidência (/100 mil hab.)
SP	Campinas	7.148	624,4	8.288	32.773	552	41.613	3.634,8
SP	São Paulo	4.539	38,4	5.850	26.385	1.221	33.456	283,0
GO	Goiânia	51.672	3.707,9	9.527	10.457	1.594	21.578	1.548,4
DF	Brasília	11.556	414,2	3.223	7.558	979	11.760	421,5
SP	Taubaté	543	183,2	2.376	7.299	233	9.908	3.342,4
AC	Cruzeiro do Sul	28	34,8	108	1.021	8.122	9.251	11.509,5
SP	Americana	733	326,4	3.798	5.165	68	9.031	4.021,8
GO	Luziânia	945	502,2	4.598	3.847	496	8.941	4.751,3
GO	Aparecida de Goiânia	13.358	2.668,3	3.258	3.272	1.556	8.086	1.615,2
SP	Osasco	206	29,8	1.976	4.684	38	6.698	968,4

Fonte:

^a Sinan online (atualizado em 10/07/2014)

^b Sinan online (consultado em 29/09/2014) e SES^b.

^c Jan a Mar: SE 01 a 13; abr. a jun.: SE 14 a 26; jul. a set.: SE 27 a 39.

Dados sujeitos à alteração.

Mundial da Saúde (OMS), sendo atualmente classificados como **dengue, dengue com sinais de alarme e dengue grave**. Por essa razão, não é possível a comparação direta dos casos graves com o ano de 2013, tendo em vista que anteriormente adotavam-se as seguintes classificações: febre hemorrágica da dengue (FHD), síndrome do choque da dengue (SCD) e dengue com complicações (DCC).

Destaca-se que a adoção da nova classificação de casos graves não traz prejuízos para a análise da situação epidemiológica, porque a mortalidade é um indicador da ocorrência de casos graves.

Em 2014, da SE 01 até a SE 39, foram confirmados no país 616 casos de dengue grave e 7.707 casos com sinais de alarme. A região com maior número de registros de casos graves e com sinais de alarme é a região Sudeste (258 graves; 5.903 com sinais de alarme), com a seguinte distribuição entre seus estados: São Paulo (179 graves; 4.925 com sinais de alarme), Minas Gerais (44 graves; 628 com sinais de alarme), Espírito Santo (24 graves; 275 com sinais de alarme) e Rio de Janeiro (11 graves; 75 com sinais de alarme). Houve também confirmação de 351 óbitos no país, o que representa uma redução de 45% em comparação com o mesmo período de 2013, quando foram confirmados 636 óbitos (Tabela 3).

Existem 275 casos graves e com sinais de alarme e 144 óbitos em investigação que poderão

ser confirmados ou descartados nas próximas semanas.

Sorotipos virais

Nos meses de janeiro a julho de 2014, foram enviadas 8.468 amostras para realização do exame de isolamento viral, sendo 3.128 positivos (36,9%). As proporções dos sorotipos virais identificados foram: DENV1 (82,9%), seguido de DENV4 (15,2%), DENV2 (1,5%) e DENV3 (0,4%). Existem informações de isolamento viral de 25 UFs (92,6%).

As proporções dos sorotipos virais por UF são discriminadas na Tabela 4.

Febre de chikungunya: monitoramento até a semana epidemiológica (SE) 40 de 2014

No Brasil, até a SE 40 (28/09 a 04/10), foram notificados 1.095 (100%) casos autóctones suspeitos de febre de chikungunya. Destes, 173 (15,8%) foram confirmados, sendo 36 por critério laboratorial (17 em Oiapoque/AP e 19 em Feira de Santana/BA) e 137 por clínico-epidemiológico. Dos casos restantes, 21 (1,9%) foram descartados e 901 (82,3%) continuam em investigação.

Dos 901 casos em investigação, 316 são do município de Oiapoque/AP e 585 do município de Feira de Santana/BA, que poderão ser confirmados ou descartados por critério clínico-epidemiológico.

Tabela 3 – Casos graves, com sinais de alarme e óbitos por dengue confirmados em 2013 e 2014, por região e Unidade da Federação

Região/ UF	SE 01 a 39 de 2014				
	Casos confirmados			Óbitos confirmados	
	2013 ^a	2014 ^b		2013 ^a	2014 ^b
	Dengue grave ¹	Dengue grave ²	Dengue com sinais de alarme ²		
Norte	202	16	104	31	12
Rondônia	34	2	9	5	2
Acre	3	0	12	0	0
Amazonas	94	6	9	10	7
Roraima	0	1	1	0	0
Pará	38	2	21	9	2
Amapá	8	2	5	2	1
Tocantins	25	3	47	5	0
Nordeste	677	156	717	164	99
Maranhão	39	13	41	16	11
Piauí	16	11	21	1	4
Ceará	174	45	204	62	34
Rio Grande do Norte	116	17	103	16	15
Paraíba	103	7	45	14	7
Pernambuco	66	14	22	35	14
Alagoas	23	14	173	2	1
Sergipe	5	7	10	2	3
Bahia	135	28	98	16	10
Sudeste	3.438	258	5.903	265	138
Minas Gerais	404	44	628	104	43
Espírito Santo	1.358	24	275	29	9
Rio de Janeiro	1.234	11	75	56	7
São Paulo	442	179	4.925	76	79
Sul	233	37	204	26	12
Paraná	231	37	202	26	12
Santa Catarina	1	0	1	0	0
Rio Grande do Sul	1	0	1	0	0
Centro-Oeste	2.058	149	779	150	90
Mato Grosso do Sul	763	3	55	36	3
Mato Grosso	96	3	27	26	3
Goiás	1.183	106	561	82	66
Distrito Federal	16	37	136	6	18
Brasil	6.608	616	7.707	636	351

Fonte:

^a Sinan *online* (atualizado em 10/07/2014).

^b Sinan *online* (consultado em 29/09/2014) e SES^b. Dados sujeitos à alteração.

¹ Considerados os casos de dengue com complicações, febre hemorrágica da dengue e síndrome do choque da dengue, conforme classificação de dengue utilizada até 2013.

² Nova Classificação da Organização Mundial da Saúde (OMS) adotada pelo Brasil.

Tabela 4 – Número de amostras examinadas, percentual de positividade e sorotipos virais de dengue confirmados em 2014, por região e Unidade da Federação

Região/ UF	Amostras enviadas n	Positivos		Sorotipos confirmados (%)			
		n	%	DENV1	DENV2	DENV3	DENV4
Norte	308	24	7,8	29,2	0,0	0,0	70,8
Rondônia	22	1	4,5	0,0	0,0	0,0	100,0
Acre	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Amazonas	41	6	14,6	0,0	0,0	0,0	100,0
Roraima	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Pará	194	7	3,6	28,6	0,0	0,0	71,4
Amapá	2	1	50,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Tocantins	49	9	18,4	44,4	0,0	0,0	55,6
Nordeste	1.371	290	21,2	27,2	2,4	4,1	66,2
Maranhão	43	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Piauí	89	3	3,4	100,0	0,0	0,0	0,0
Ceará	418	70	16,7	54,3	0,0	5,7	40,0
Rio Grande do Norte	58	22	37,9	40,9	4,5	0,0	54,5
Paraíba	36	20	55,6	15,0	30,0	20,0	35,0
Pernambuco	296	27	9,1	59,3	0,0	14,8	25,9
Alagoas	60	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sergipe	30	10	33,3	40,0	0,0	0,0	60,0
Bahia	341	138	40,5	4,3	0,0	0,0	95,7
Sudeste	4.756	1.974	41,5	91,1	2,0	0,1	6,9
Minas Gerais	1.455	238	16,4	91,6	0,0	0,4	8,0
Espírito Santo	221	34	15,4	52,9	0,0	0,0	47,1
Rio de Janeiro	635	42	6,6	47,6	0,0	0,0	52,4
São Paulo	2.445	1.660	67,9	92,9	2,3	0,0	4,8
Sul	544	292	53,7	98,6	0,0	0,0	1,4
Paraná	521	274	52,6	98,9	0,0	0,0	1,1
Santa Catarina	2	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Rio Grande do Sul	21	18	85,7	94,4	0,0	0,0	5,6
Centro-Oeste	1.489	548	36,8	77,0	0,2	0,0	22,8
Mato Grosso do Sul	100	62	62,0	11,3	1,6	0,0	87,1
Mato Grosso	46	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Goiás	790	419	53,0	83,1	0,0	0,0	16,9
Distrito Federal	553	67	12,1	100,0	0,0	0,0	0,0
Brasil	8.468	3.128	36,9	82,9	1,5	0,4	15,2

Fonte: Gerenciador de Ambiente Laboratorial (GAL), Instituto Adolfo Lutz-SP (IAL) e Instituto Evandro Chagas-PA (IEC) (consulta realizada em 18/08/2014). Dados sujeitos à alteração.

Foram ainda registrados 38 casos importados confirmados por laboratório. Esses casos foram identificados nas seguintes UF's: Amazonas (1), Amapá (1), Ceará (4), Distrito Federal (2), Goiás (1), Maranhão (1), Pará (1), Paraná (2), Rio de Janeiro (3), Rio Grande do Sul (2), Roraima (3) e São Paulo (17).

Caracterizada a transmissão sustentada de chikungunya em uma determinada área, com a confirmação laboratorial dos primeiros casos, o Ministério da Saúde recomenda que os demais casos sejam confirmados por critério clínico-epidemiológico.

Atualização periódica do número de casos nos demais países do continente americano onde ocorre transmissão de chikungunya pode ser obtida no seguinte endereço eletrônico: http://www.paho.org/hq/index.php?option=com_topics&view=article&id=343&Itemid=40931

Atividades desenvolvidas pelo Ministério da Saúde

1. Repasse, em dezembro de 2013, de R\$ 363,4 milhões a todos os municípios do país para vigilância, prevenção e controle da dengue. Esse valor representa 30% do valor anual do Piso Fixo de Vigilância e Promoção à Saúde, repassado para 2014 (R\$ 1,2 bilhão).
2. Distribuição, aos estados e municípios, de 100 mil kg de larvicidas, 227 mil litros de aduldicida e 10,4 mil kits para diagnóstico.
3. Lançamento, em dezembro de 2013, da nova campanha de mobilização, com o *slogan* **Não dê tempo para a dengue**. Intensificação de sua divulgação realizada durante todo o período sazonal da dengue em 2014.
4. Revisão e elaboração dos planos de contingência de enfrentamento das epidemias de dengue das secretarias estaduais de saúde.
5. Visitas técnicas para assessorar as UF's na elaboração dos planos de contingência da dengue e manejo de inseticidas.
6. Realização de videoconferência de mobilização e avaliação das atividades de prevenção e controle da dengue com representantes das secretarias estaduais de saúde e com dirigentes estaduais de vigilância.
7. Realização de reuniões macrorregionais com as vigilâncias epidemiológicas para aprimoramento da capacidade da análise de dados para dengue.
8. Apresentação às vigilâncias epidemiológicas dos estados, capitais e municípios prioritários do Plano de Contingência Nacional de resposta ao vírus chikungunya e Procedimento Operacional Padrão (POP) para orientar a elaboração dos planos de contingências das SES e SMS.
9. Elaboração do manual "Preparação e Resposta à Introdução do Vírus Chikungunya no Brasil".
10. Laboratórios (Lacen/CE; Lacen/PE; Lacen/PR; Lacen/DF; IEC; IAL; Fiocruz e FUNED) capacitados para a realização dos testes de diagnósticos disponíveis para a febre de chikungunya, sendo para sorologia, RT-PCR e isolamento viral.
11. Organização do Seminário Internacional da Febre de Chikungunya, a ser realizado nos dias 7 e 8 de outubro de 2014.
12. Elaboração da ficha de notificação individual específica para febre de chikungunya e sua inclusão no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), assim como um roteiro de investigação epidemiológica.
13. Elaboração de um texto informativo sobre a vigilância e manejo da febre de chikungunya.
14. Organização de reuniões macrorregionais com as vigilâncias epidemiológicas para aprimoramento da capacidade da análise de dados para dengue e febre de chikungunya.